

Registro de índios volta a gerar polêmica

Dessa vez, a discussão chega à Câmara Federal e pode acabar no Ministério da Justiça



Os índios que trabalham em destilarias deverão ser registrados em janeiro

O registro em carteira de trabalho para índios empregados em destilarias de álcool começou agora a gerar polêmica também na Câmara dos Deputados em Brasília. O Ministério do Trabalho determinou, através de medida inédita no País, que a partir de janeiro os índios sejam registrados pela destilarias, devido às denúncias das péssimas condições de vida a que os índios estariam sendo submetidos nas usinas de álcool.

O deputado federal Nelson Trad (PTB-MS) já discute o assunto com o secretário-adjunto do Ministério do Trabalho, Osvaldo Martins de Moraes, e do assessor parlamentar do órgão, Saulo da Motta Viana.

De acordo com informações divulgadas pela assessoria do deputado, Trad acredita que as discussões sobre o registro em carteira para os índios chegue ao Ministério da Justiça, que decidirá

sobre a medida. "Mas, sem ferir as regras protetoras dos povos indígenas, ratificadas pelo Congresso Nacional".

Segundo o delegado regional do Trabalho, Sílvio Escobar, cerca de sete mil índios trabalham, durante o período da safra, nas destilarias de álcool em Mato Grosso do Sul. O órgão tentou elaborar, com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o sindicato que representa as destilarias, um contrato coletivo de trabalho específico.

Mas, o Ministério do Trabalho considerou que o documento apresentava discriminação entre o trabalho do índio e dos demais empregados. Diante da situação, o Ministério resolveu determinar o uso obrigatório da carteira de trabalho para os índios.

O administrador regional da Funai, em Amambai, Virgílio Clemente, afirma que o órgão ainda está consultando os índios

guaranis/kaiowá a respeito da decisão do Ministério. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que chegou a ser favor do registro em carteira, rejeita atualmente a idéia.

Segundo o assessor jurídico do Cimi, Maucir Pauletti, análises de antropólogos revelam a possibilidade dos índios perderem as características de sua cultura, quando tiverem registro profissional. Uma das hipóteses é a de que os índios abandonem suas aldeias, tornando-se trabalhadores semelhantes aos bóias-frias.

Já para o administrador regional da Funai, em Campo Grande, Joel de Oliveira, o Estatuto do Índio prevê que não pode ocorrer discriminação entre os índios e os demais trabalhadores em uma empresa. Por essa razão defende a implantação do registro profissional.